

## CAPÍTULO 5:

### DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES: UMA METODOLOGIA DE EXTENSÃO RURAL PAUTADA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

*Alan Figueiredo de Oliveira<sup>1</sup>, Matheus Anchieta Ramirez<sup>2</sup>, Lúcio Carlos Gonçalves<sup>3</sup>,  
Ranier Chaves Figueiredo<sup>4</sup>, Dalvana dos Santos<sup>5</sup>, João Vitor Araújo Ananias<sup>6</sup>, Mariana  
Brito Gomes<sup>7</sup>, Brisa Márcia Rodrigues Sevidanes<sup>7</sup>, Guilherme Lobato Menezes<sup>8</sup>,  
Tainá Silva Brandão Lopes<sup>9</sup>*

#### Introdução

A extensão rural no Brasil surgiu no final da década de 1940 com base no modelo até então utilizado nos Estados Unidos. O início das ações de extensão no país foi implementado pelo empresário Nelson Aldrich Rockefeller que transpôs o modelo americano de extensão rural para o Brasil. Em seu início a extensão rural foi fundamentada em três pilares básicos: oferta de crédito rural subsidiado, de pacotes tecnológicos e de assistência técnica. O bom funcionamento desta tríade dependia da capacidade do extensionista em convencer os produtores rurais a adotar novas tecnologias. Para isso, tinha como ferramenta, o crédito rural subsidiado. A função do extensionista era simplesmente difundir tecnologias para o meio rural, método de extensão conhecido como Difusionismo (Prado, *et al.*, 2004a).

Durante o período da modernização da agricultura no Brasil (Modernização Conservadora 1965-1979), o Difusionismo foi utilizado para disseminar pacotes tecnológicos utilizando-se do crédito rural subsidiado. O fundamento deste método de Extensão é a aplicação de métodos pedagógicos e de comunicação que exacerbam

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

<sup>4</sup> Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>5</sup> Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>6</sup> Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da FUNORTE, CEP 39404-006, Montes Claros, MG.

<sup>7</sup> Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>8</sup> Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>9</sup> Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

desníveis entre técnicos e produtores, com o favorecimento da imposição e convencimento dos produtores rurais a utilizarem as inovações tecnológicas oferecidas. Portanto, métodos de educação e comunicação pouco democráticos, fechados e adialógicos. Método que se restringe ao convencimento para a difusão de tecnologias.

Durante a década de 1980, devido à crise econômica, a oferta de crédito agrícola subsidiado foi reduzida gradualmente até se tornar irrisória. Com a extinção do crédito rural os extensionistas rurais se viram sem sua principal ferramenta, no modelo difusionista, a liberação do crédito rural. É neste contexto que o sistema de extensão rural pública entra em crise e é extinto da década de 1990 (Prado, 2004b). Apenas no correr dos anos 2000, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o sistema de extensão rural volta a agenda política.

O Difusionismo ainda persiste como uma metodologia extensionista dominante. Presente na atuação e na formação dos extensionistas rurais no Brasil, segue sendo modelo adotado majoritariamente pelos profissionais das Ciências Agrárias. Ressaltando-se as inúmeras características que o tornam antidemocrático, adialógico e autoritário, decorrendo em resultados negativos quanto aos aspectos sociais, produtivos e econômicos. Agravando-se pelo fato da maioria destes profissionais não conhecerem métodos alternativos de extensão, sem sequer perceber que atuam na perspectiva do modelo difusionista.

O método de extensão baseado no Desenvolvimento de Comunidades é um modelo alternativo que se apresenta como opção para atuação de extensionistas no meio rural. Neste método não se objetiva a difusão de tecnologias, mas a problematização democrática da condição dos produtores em suas comunidades. A partir da descoberta das questões que atingem os agricultores e suas comunidades o extensionista pode trabalhar com situações nas quais os produtores se mobilizem em buscar soluções, obtendo, conseqüentemente, resultados de desenvolvimento humano, muito mais relevantes em comparação aos obtidos no Difusionismo. Resultados que podem-se desdobrar em mudanças nos sistemas produtivos.

Objetiva-se analisar o modelo Difusionista de Extensão Rural implementado no Brasil e a proposição de método de Extensão alternativo ao difusionismo, pautado em conceitos teóricos e situações vivenciadas pela prática de Assistência Técnica e Extensão Rural.

### **Histórico da Extensão Rural no Brasil**

A aproximação entre Estados Unidos e Brasil no bojo da Segunda Guerra Mundial foi um marco importante para o início da extensão rural no Brasil. A política da Boa Vizinhança, capitaneada por Nelson Rockefeller fez com que os Estados Unidos desenvolvessem projetos sociais e investimentos econômicos em várias partes do

mundo. Se o pós-guerra marcou a fundação do Plano Marschall em 1947 para a reconstrução dos países do capitalismo central, o Plano Ponto IV foi destinado àqueles periféricos, como o Brasil. Este último buscava a integração dos capitais norte-americanos a estas economias. Neste aspecto deve-se entender a busca ao lucro das aplicações de capitais norte-americanos, e não propriamente um plano de recuperação econômica como previa aquele destinado aos países ricos. Um dos desdobramentos do Plano Ponto IV é a introdução da extensão rural no Brasil, sob o modelo norte-americano.

A extensão rural norte-americana foi fundada pelas demandas das comunidades de produtores rurais, que discutiam técnicas para melhorar a produção agropecuária e demandavam auxílio técnico. Estas participavam da construção de políticas de modernização agrícola como a oferta de assistência técnica, desenvolvimento de tecnologias e oferta de crédito rural. Neste contexto, pode-se afirmar que no modelo norte-americano de extensão rural os produtores são os principais atores que definiram os rumos do modelo.

A extensão rural oficial no Brasil se inicia no final da década de 1940 (06/12/1948) com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em um plano de expansão das atividades do empresário Nelson A. Rockefeller. O início deste processo foi fundamentado na criação de um sistema de oferta de crédito rural, assistência técnica e implantação de indústrias para a produção de insumos e tecnologias agropecuárias. Para sua ação no continente latino americano o empresário criou dois grupos empresariais, a AIA (Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social), empresa sem fins lucrativos desenvolvida para financiar os projetos sociais ligados ao grupo Rockefeller, e o IBEC (Corporação Internacional Econômica Básica), empresa com fins lucrativos que se destinava a fundar empresas que produzissem tecnologias e insumos agropecuários. Desta forma, a AIA financiava a ACAR, que elaborava projetos de liberação de crédito rural. Além disso, tinha a função de indicar tecnologias e vender produtos onde não havia mercado de produtos agropecuários bem implementados. Neste contexto, o IBEC, por meio dos investimentos de Nelson Rockefeller, promoveu inúmeras ações em universidades federais para o desenvolvimento de tecnologias destinadas à produção rural.

A tríade formada pelas instituições de Nelson Rockefeller criou conexões e interdependências entre si. A AIA fornecia recursos financeiros para a ACAR, esta por sua vez, fornecia assistência técnica, difusão de tecnologias e crédito para os produtores e os convencia a comprar tecnologias das empresas ligadas ao grupo IBEC. Criou-se um sistema de oferecimento de assistência técnica que garantia a compra das tecnologias e produtos industrializados (Fonseca, 1985). Desta forma, o mercado de tecnologias possibilitou grande lucratividade para o empresário norte-americano.

Em 1956 o governo brasileiro entrou no sistema de extensão rural com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que assumiu a gerência do sistema de extensão rural no Brasil. Em 1974 o governo Ernesto Geisel nacionalizou o sistema de extensão rural. A ACAR foi transformada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que apresentava a função de executar o serviço de extensão na esfera local. A ABCAR foi transformada na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que gerenciava as demandas de extensão e garantia os recursos para execução da extensão pelas unidades locais. Foi criado também o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) que pensava e propunha atualizações para a extensão rural no país. Neste período houve um aumento significativo dos recursos financeiros devido a disponibilidade de crédito rural da modernização da agricultura. Neste contexto, o extensionista assumiu papel fundamental na difusão de tecnologias e crédito rural para os produtores rurais, os recursos foram destinados, em sua maioria, para grandes produtores rurais.

Este modelo de extensão teve origem no difusionismo cultural inglês. Este tinha como objetivo ampliar os mercados para produtos da indústria inglesa na segunda fase da revolução industrial, por meio da imposição da cultura inglesa às colônias. Este foi reinterpretado para o meio rural brasileiro como a prestação de um serviço onde o extensionista tinha a função de difundir tecnologias e fazer com que os produtores adotassem a utilizassem as tecnologias. O extensionista era considerado competente conforme sua capacidade de convencimento ou de difusão de tecnologias. Bastava saber convencer os produtores a adotarem os pacotes tecnológicos e obterem crédito rural. Esta forma de atuação pautada na difusão de pacotes tecnológicos desconsiderava todos os aspectos regionais culturais, edafoclimáticos, sociais e econômicos. Assim, este sistema que gerou inúmeros impactos negativos, como problemas ambientais, degradação cultural do meio rural, aumento da desigualdade social e insucessos produtivos, dentre outros. Por isso, após o fim do aporte de crédito rural subsidiado para o campo, na década de 1980, este sistema foi duramente criticado e entrou em crise.

A crise do crédito rural e da extensão rural, na década de 1980 é um reflexo do capitalismo mundial, devido à queda do preço do petróleo no mundo, e da política de valorização cambial do dólar sob altas taxas de juros praticadas nos EUA. Neste momento os extensionistas rurais ficaram desprovidos de sua principal função difundir tecnologias por meio do fornecimento de crédito rural subsidiado. Após a extinção do crédito rural, a extensão rural passou a ser questionada devido aos seus modestos resultados produtivos e aos amplos impactos ambientais e sociais gerados.

Durante a década de 1980 a extensão rural passa a ser questionada por todas as esferas da sociedade. Os movimentos sociais passaram a exigir um novo e atualizado método e sistema de extensão. Neste momento o sistema de extensão rural foi

duramente criticado por setores alijados em sua prática: principalmente o grupo hoje denominado agricultura familiar. Além da agricultura familiar, que fora negligenciada pelo modelo estatal de extensão rural, observa-se que o modelo extensionista também foi criticado pela agricultura patronal que não era mais beneficiada pela oferta pujante de crédito subsidiado.

Na década de 1990 durante o governo de Fernando Collor de Melo, a EMBRATER e o SIBRATER deixam de atuar. É o fim da extensão rural na esfera Federal. Todo o sistema de planejamento, organização e subsidio da extensão rural fora desmantelado, restando apenas o órgão executor local, que sem recursos, tiveram suas atividades reduzidas. Durante esta década, os movimentos sociais de luta pela posse da terra ganham força e passam a exigir um novo sistema de extensão rural e políticas públicas que fossem voltadas para o atendimento da agricultura familiar. Toda esta pressão popular acarretou na criação do PRONAF e anos mais tarde na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que propôs diretrizes e princípios, que reorganizariam o sistema de extensão rural.

Em resumo, pode-se dividir a história da extensão rural no Brasil em três fases distintas. De 1948 a 1965 a extensão rural é considerada essencialmente assistencialista e tinha a orientação de atendimento aos pequenos produtores. De 1965 a 1979 a extensão rural é considerada difusionista e orientada à oferta de crédito estatal subsidiado, sempre buscando o grande empresário rural durante a fase da modernização da agricultura. De 1980 até os dias atuais a extensão rural é orientada para o atendimento dos produtores familiares, porém o sistema se encontra desestruturado e com baixa capacidade de atendimento.

### **Fundamentos de Educação e Métodos de Extensão Rural**

O processo educativo verdadeiro, pode ser definido como a prática ou ciência capaz de fazer com que os sujeitos envolvidos (educador e educando) pensem por conta própria e de forma continuada (Perissé, 2008). Para Perissé (2008) educar deve ser considerado uma tarefa humanizadora factível, ou seja, educar é um ato possível de promover o raciocínio próprio do indivíduo. Neste contexto, é necessário lembrar que a educação não é uma área de conhecimento própria de nenhum especialista, qualquer profissional que se preocupe com a construção de conhecimentos e iniciativas socialmente comprometidas faz parte do processo educativo. É neste contexto que a extensão rural deve ser tomada como uma prática essencialmente educativa.

Por outro lado, as características de imposição e autoritarismo do difusionismo não permitem que este seja considerado prática educativa verdadeira. Exigindo-se sua superação para que a extensão rural se torne eficiente.

Paulo Freire sumariza a educação em dois modelos dicotômicos: a educação bancária e a educação como prática de liberdade. Utilizando-se deste modelo, a educação bancária cria uma hierarquia entre educador e educando de forma que o educador tem a função de passar conhecimentos para o educando, este por sua vez deve receber e acumular estes conhecimentos de forma passiva (Freire, 2005; Freire, 2014a; Freire, 2014b). Este é o modelo educativo utilizado no difusionismo.

A educação como prática de liberdade cria condições de igualdade entre educador e educando, não existem desníveis, e os envolvidos no processo educacional, educador e educando, assumem igual importância no processo. Este é o modelo educativo utilizado na extensão humanizadora.

A educação bancária, utilizada no difusionismo, é um processo que desconsidera o saber dos educandos. O educador é tido como o indivíduo detentor do conhecimento e o educando como o receptor da mensagem. Pode-se dizer que este é um processo domesticador, autoritário e adialógico onde não se questiona a veracidade do conhecimento ou do educador. Criam-se hierarquias, desconsidera-se a participação dos educandos no processo educativo e não há o estímulo ao desenvolvimento humano.

No método de extensão rural difusionista a abordagem dos extensionistas cria um desnível quando se tenta convencer os produtores a reformularem suas práticas sem realizar nenhum tipo de problematização sob a perspectiva do produtor. Este método inadequado de educação, utilizado pelo difusionismo, foi e ainda é responsável por parte do insucesso da maioria dos técnicos que atuam em assistência técnica e extensão rural no Brasil.

A educação como prática de liberdade é um processo fundamentalmente dialógico, onde se valoriza as potencialidades humanas e o conhecimento dos produtores. Neste o educador e o educando trocam conhecimentos, pode-se dizer que ambos são personagens ativos do processo. A pergunta e o questionamento do saber tomam importância central no processo educativo porque são os promotores do raciocínio e do desenvolvimento humano. O processo de educação como prática de liberdade necessita de reflexão constante sobre o processo educativo e o conteúdo. Além da reflexão constante sobre o processo é necessário que o profissional adeque o conteúdo à realidade das pessoas e não apenas utilize a difusão dos pacotes tecnológicos ou de informações tidas como conhecimentos prontos.

Assim, o processo educativo como prática de liberdade é um ato inquietante e inquietador para os sujeitos. Há livre troca de informações e questionamentos entre educador e educando, o que gera reflexões e inquietudes sobre os assuntos problematizados. Esta troca de informações é um fenômeno que potencializa o aprendizado e o crescimento individual e coletivo. É justamente a reflexão que evidencia uma das maiores fragilidades do difusionismo: a inexistência de troca de conhecimentos

entre as pessoas e o estabelecimento unilateral do fluxo de informações entre educador e educando.

A valorização e utilização de todos os saberes dos envolvidos no processo educativo é um fator primordial para o sucesso das atividades de extensão rural. Por exemplo, a valorização dos saberes de comunidades tradicionais como as ribeirinhas, as indígenas, as quilombolas, as camponesas, é fundamental para que o extensionista possa desenvolver com a comunidade processos educativos e estimular com que a própria comunidade encontre a melhor solução para seus problemas. A valorização de diferentes saberes faz parte do reconhecimento de que o ser humano está sempre se educando e que os diferentes conhecimentos não podem ser classificados como superiores ou inferiores. Evidenciando a equidade de papéis entre os sujeitos e os conhecimentos. Mais uma vez o difusionismo se mostra como um método de extensão rural inadequado toda vez que desconsidera o saber dos produtores e supervaloriza o conhecimento técnico dos extensionistas.

Uma condição importante de ser estudada no processo educativo é a contradição opressor-oprimido (Freire, 2005). Esta contradição é uma condição interna aos indivíduos que vivem em sistema de algum tipo de opressão. Estes vão se oprimir quando se sentem inferiores a alguém ou vão agir de forma opressora quando se sentem superiores às outras pessoas. É importante ressaltar que nas atividades de extensão rural, nem sempre é o técnico que oprime diretamente o produtor. Em várias situações o próprio produtor é que se oprime, frente a alguém que julga deter posição social superior. Opressão que pode acontecer mesmo entre um grupo de produtores. Uma vez que o difusionismo propõe o desnível entre extensionista e produtor rural, como instrumento de opressão para facilitar a adoção de tecnologias por estes, sem questionamentos. Assim, sua ação é no sentido de fortalecer esta contradição opressor-oprimido em seu público de trabalho. Um processo educativo verdadeiro (Freire, 2014a) objetiva a superação desta contradição por meio da reflexão e busca de soluções para os problemas, em uma perspectiva humanizadora. A percepção de sua posição e papel social é fundamental para que os produtores possam superar a contradição opressor-oprimido.

Como prática educativa o difusionismo se insere como invasão cultural. Processo onde o extensionista, que julga seu conhecimento como único válido, impõe sua cultura ao produtor. Neste processo não há nenhum tipo de discussão ou problematização acerca da adoção de uma determinada técnica ou tecnologia. Nesta invasão cultural acontecem inúmeros impactos sociais e produtivos negativos com a negação do saber local. É nesta prática que o produtor não alcança reconhecer os problemas e buscar soluções para seus sistemas produtivos ou questões sociais, em uma visão messiânica o extensionista doa o problema e a solução aos produtores, a este não se dá a

possibilidade do raciocínio, reflexão, problematização, simplesmente há a imposição da adoção de tecnologias.

### **Fundamentos de comunicação e métodos de Extensão Rural**

A análise do processo de comunicação é essencial para toda prática verdadeiramente educativa (Freire, 2014c). Os fundamentos e métodos de comunicação podem ser usados com o objetivo de convencimento e invasão cultural, como no difusionismo. Ou serem utilizados para problematização das condições de existência comunitária e em práticas educativas que envolvam a conscientização dos indivíduos. Atenção especial deve ser dada ao processo de comunicação por este dissimular formas de opressão e de controle social (Chauí, 1982).

Os métodos de comunicação são estruturados a partir de recursos linguísticos, que mediam a comunicação quotidiana. A persuasão é a simples busca de adesão a uma ideia (Citelli, 2010), deste modo utilizada em todos processos comunicativos. Para Citelli (1999) a persuasão não é apenas sinônimo de enganar, por isso se faz presente em toda forma de discurso. A retórica, por sua vez, é a organização do discurso para que este seja tomado como verdadeiro para o receptor. Esta é a capacidade de descobrir mecanismos analíticos que possam gerar persuasão. Tanto a retórica quanto a persuasão não se “preocupam” em provar se determinado conhecimento é verdadeiro, mas sim em persuadir as pessoas para que estas o assumam como verdadeiro, não cabendo julgamentos.

Para fins desta análise pode-se dividir os processos de comunicação em dois tipos: o dialógico e o adialógico. Sabe-se que há infinidade de tipos e nomenclaturas de discursos, porém propõem-se a sumarização destes na tipologia dual acima. O discurso dialógico promove a livre comunicação e discussão entre os participantes do diálogo. Não há desníveis ou hierarquia entre emissor e receptor. A exposição de ideias acontece de forma livre sem a tentativa de dominação das partes. Este seria a base de métodos de educação como prática da liberdade.

O adialógico promove o desnível e a hierarquização entre o locutor e o ouvinte. Não há livre troca de informações por que o fluxo comunicativo acontece do emissor para o receptor. Neste fluxo de informações o emissor utiliza recursos linguísticos e signos, onde tenta-se dominar, se impor, sobre o ouvinte.

Os discursos foram utilizados durante a expansão do difusionismo com o intuito de facilitar a difusão tecnológica. Ainda hoje as ações de extensão antidemocráticas se baseiam nestes discursos como forma de sobreposição ideológica.

A organização do discurso pode utilizar diversas técnicas e tipos de construção das mensagens. O discurso polêmico (Citelli, 1985), classificado como adialógico e fechado

utiliza técnicas que apresentam falsa abertura, na verdade encaminham o ouvinte a aceitar determinada assertiva. Neste discurso por mais que pareça que o outro polo do processo comunicativo possa escolher ele é encaminhado a escolher o que o emissor define.

Este discurso é autoritário (Citelli, 1985) e não permite nenhuma participação do receptor, há apenas imposição. Já o discurso autorizado (Chauí, 1982) usa parte de um discurso ou conhecimento aceito e valorizado pela sociedade, ou seja, já é um discurso autorizado pela sociedade para que sejam demonstradas habilidades profissionais. O discurso dominante (Chauí, 1982) utiliza-se de uma mensagem reconhecida como competente e importante pela sociedade, neste caso são os próprios valores de uma sociedade que embasam este discurso, que será previamente aceito. Na Extensão Rural, o discurso persuasivo é aquele que não apresenta uma estruturação pré-definida, porém o único objetivo é persuadir alguém a adoção de uma determinada ideia ou tecnologia (Prado, 2004c).

Como oposição às formas de discurso apresentadas anteriormente o dialógico não se divide em subtipos. É considerado oposição radical aos discursos adialógicos e fechados. Neste discurso a livre participação dos envolvidos no processo comunicativo é fundamental, sendo esta uma forma democrática de comunicação.

Atualmente existem inúmeras formas de comunicação, são técnicas utilizadas em métodos de extensão rural como dias de campo, programas de rádio e televisão, artigos científicos, circulares técnicas, páginas eletrônicas da internet, palestras, reuniões comunitárias, assembleias, treinamento técnico, visita técnica, cursos e outros. Nestas formas o discurso pode ser autoritário, fechado e normativo ou dialógico, aberto e educativo. A forma de organizar a atuação profissional do extensionista e a forma de organização do método comunicativo depende de seu comprometimento social, seus valores, a intencionalidade de seu discurso.

### **Desenvolvimento de Comunidades: Fundamentação e Necessidades**

A crise do modelo difusionista de extensão rural ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 gerou a demanda de metodologias de extensão rural que superassem o difusionismo. Estas devem ter como princípios e diretrizes o diálogo, a democracia, o desenvolvimento dos seres humanos como atores sociais e o tratamento holístico das questões que envolvem o meio rural. Este se coloca como opção para a extensão pública dada sua capacidade de atendimento aos imperativos da agricultura familiar no Brasil (Prado e Ramirez, 2011).

A metodologia de Desenvolvimento de Comunidades é alternativa ao difusionismo. Este novo método busca o desenvolvimento comunitário dos cidadãos

rurais, por meio de sua participação em ações comunitárias de problematização e busca de soluções para questões que afetam estes grupamentos.

Para o entendimento do alcance da metodologia de desenvolvimento de comunidade aplicada a Extensão Rural pública, deve-se atentar para o fato de que a Agricultura Familiar já se organiza em comunidades. Por isso, o fundamento da metodologia é o trabalho em grupo específico.

A agricultura familiar se organiza em torno de núcleos familiares, que são responsáveis pelo trabalho e consumo. Estas famílias formam comunidades e estabelecem relações recíprocas, trocas de conhecimentos técnicos e sociais, ajuda mútua, em relações personalizadas (Abramovay, 2012). Merece destaque o fato destas famílias compartilharem códigos sociais, específicos, conhecidos como códigos de conduta. Estes códigos de conduta definem e permeiam todas as ações produtivas, econômicas e sociais nestas comunidades. Desta forma, toda informação nova, apenas será aceita ou rejeitada, mediante este código. Logo é fundamental que o extensionista entenda a existência e importância destes códigos para as comunidades de agricultura familiar. Assim, o trabalho grupal em extensão rural apresenta economia de tempo e recursos, permite que os problemas levantados sejam tratados como demandas, e não como reclamações pessoais, gerando legitimidade pública e também acarretem melhores resultados por apresentar as novas informações na presença deste código, sendo estas aceitas ou rejeitadas pelo grupo.

O fato da agricultura familiar existir em comunidades e estas apresentarem notável grau de união e ajuda mútua, não garante que o conjunto dos moradores seja politizado ou desenvolvam ações cooperadas, calcadas em planejamento. Nem que os problemas da comunidade sejam discutidos pelo grupo. O que faz com que estas comunidades não sejam classificadas como “Comunidades Verdadeiras”, segundo o proposto por Souza (1996). Esta autora define como comunidade um conjunto de pessoas, de mesma classe social que vivem em uma mesma área e compartilhem condições comuns de existência, interesses, objetivos e preocupações (Souza, 1996). A partir desta definição fica evidente que não se deve limitar uma comunidade por suas fronteiras físicas e administrativas. O compartilhamento de interesses, objetivos e preocupações gerariam a classificação de comunidade verdadeira.

É neste sentido que o trabalho do extensionista no desenvolvimento de comunidades busca promover o debate, a problematização, o entendimento das condições sociais e de reprodução das questões vivenciadas pelas comunidades. O objetivo é a descoberta da própria realidade pela comunidade, com o desenvolvimento de identidade comunitária. Comunidades organizadas e politizadas que poderiam ser denominadas verdadeiras. Nestas os produtores exercem a cidadania plena em uma sociedade democrática.

A prática de extensão que objetiva o desenvolvimento de comunidades de agricultura familiar deve se pautar em práticas educativas, educação como prática da liberdade, e em processos comunicativos dialógicos, portanto deve rejeitar toda concepção ideológica produtivista do difusionismo. Neste método o princípio é a capacitação das pessoas como atores de seu próprio desenvolvimento. A politização e o entendimento de mundo são processos fundamentais para que a comunidade entenda seus problemas e busquem a melhor forma de resolvê-los.

A emancipação do senso comunitário e a participação da comunidade na elaboração de políticas públicas são fatores importantes que podem colocar as comunidades em destaque como co-gestoras de políticas públicas. Esse protagonismo está previsto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (Brasil, 2011), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na concepção de Conselhos para gerir o desenvolvimento de políticas municipais de desenvolvimento rural. Para tanto, as comunidades de agricultores familiares devem se organizar.

O espaço comunitário de discussão deve ser considerado como espaço de reflexão e tomada de decisões acerca de problemas comunitários, onde ocorrem o encontro de iguais e há o fomento do debate em prol da identidade cultural e social. As reuniões comunitárias têm o propósito de ouvir os interesses e vontades da comunidade, estimular o debate entre as pessoas e fazer com que a comunidade proponha soluções e definições pertinentes aos problemas.

Seu alcance transcende a difusão de tecnologias e ideias. O crescimento econômico e produtivo é apenas uma ferramenta para a inclusão social e a melhoria da condição de vida dos agricultores familiares. Sem perder de vista que o principal objetivo deste método de extensão é o desenvolvimento das potencialidades humanas, da autonomia dos grupos locais e da capacitação do ser humano como promotor de mudanças. Para isso o extensionista socialmente comprometido deve comportar-se com humildade, empatia, respeitar a alteridade do outro e ter sensibilidade com os problemas sociais (Prado e Ramirez, 2011). O extensionista não é um profissional que apenas executa um serviço, ele trabalha com e para as pessoas. Por isso exige-se do extensionista compromisso com questões sociais e com a democracia, além de conhecimentos sobre educação, sociologia rural, antropologia cultural, comunicação, política agrária e ação social.

O trabalho de extensão deve ser essencialmente educativo e participativo. A concepção de que o homem deve ser o sujeito do processo educativo e não apenas receber informações demanda a participação intensa e constante.

### **Desenvolvimento de Comunidades: Metodologia**

O trabalho de desenvolvimento de comunidades começa com o estudo das características sociais, econômicas, produtivas do município onde se vai trabalhar. Este estudo inicial pode ser realizado baseado em dados de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e prefeituras. O objetivo é o levantamento dos principais dados da realidade municipal, da composição da economia geral, das principais atividades agropecuárias realizadas, situação da educação e da saúde do município, da área ocupada em cada atividade, dos agentes financeiros, das organizações não-governamentais e dos órgãos de representação dos agricultores. Este levantamento inicial serve para que o extensionista comece a entender o perfil do município e o contexto em que vivem os produtores rurais.

O próximo passo é procurar uma pessoa que possa guiar o extensionista pelas comunidades rurais do município. A requisição de um guia não implica no tratamento diferenciado que este possa ter durante os trabalhos. Afinal, mesmo as lideranças devem ser tratadas como iguais no grupo. Este guia possui a função única de apresentar o extensionista para a comunidade. A responsabilidade pelo sucesso do trabalho não está atrelada à aceitação do guia, mas às habilidades do extensionista.

Sugere-se que o trabalho de desenvolvimento de comunidades deve começar pelas mais desenvolvidas. Isto pelo fato de gerar melhores resultados e em menor tempo, que as menos organizadas. Os resultados e conquistas gerados nestas comunidades servem de referência e estímulo às demais comunidades.

A metodologia de desenvolvimento de comunidades segundo Prado e Ramirez (2011) é composta de quatro passos. O primeiro é a identificação dos interesses e preocupações da população comunitária, o segundo a análise dos interesses e preocupações e de suas condições de enfrentamento comunitário, como terceiro a organização e planejamento das ações e por fim o desenvolvimento, avaliação e ampliação das condições de organização e ação.

A identificação dos interesses e preocupações comunitárias é fundamental para que a comunidade descubra a sua realidade. Este é um exercício coletivo, ou seja, são as discussões com os membros das comunidades que possibilitam com que a comunidade possa identificar as situações problemas e as que desejam superar. Neste processo o extensionista atua apenas como um mediador e facilitador da discussão, seu papel não é definir os interesses e auxiliar a comunidade para que esta descubra seus interesses. Neste processo as pessoas começam a se conscientizar da organização coletiva e das formas de enfrentamento dos problemas comunitários.

Para este processo pode-se utilizar a aplicação da metodologia de pesquisa-ação. Esta é feita para a comunidade poder evidenciar sua condição social e produtiva. Com o avançar do trabalho comunitário novos problemas sociais ou produtivos podem ser alvo

de novas pesquisas. Recomenda-se que após aplicação de questionários o extensionista apresente os resultados para a comunidade em assembleia. Esta ação tem como foco a problematização dos resultados documentados nos questionários aplicados aos produtores. Com o amadurecimento do senso comunitário e individual a comunidade começa a entender as causas dos problemas e busca alternativas para superá-los.

A análise dos interesses e das condições de enfrentamento comunitário é um passo onde a comunidade conscientizada de seus problemas começa a pensar como resolve-los. Neste processo a união comunitária fortalece as ações de enfrentamento pela adição de forças. A discussão comunitária pode resultar na descoberta de problemas em diferentes áreas cotidianas, como a falta de inserção nos mercados, a necessidade de melhoria nas estradas, a melhoria das condições de saúde e educação rurais, falhas técnicas e produtivas e outros problemas específicos.

A organização e planejamento das ações busca formalizar a atuação da comunidade com a elaboração de projetos. Estes devem conter a apresentação do problema, a justificativa, diagnóstico da situação, metodologia, cronogramas de execução, orçamentos e pessoal envolvido. A organização e discussão das atividades é uma etapa que deve ser realizada de forma detalhada para evitar qualquer tipo de falha na execução das atividades. Este projeto deve ser concebido pelas comunidades. Se este for feito pelo extensionista, estará fadado ao fracasso por não gerar o sentimento de pertencimento por parte dos produtores.

A execução e avaliação das atividades são as últimas fases do processo de desenvolvimento de comunidades. Após a execução do plano de atividades deve sempre avaliar se as ações geraram os resultados esperados pela comunidade, se o problema foi resolvido e buscar novas demandas para começar uma nova etapa.

Durante o processo de desenvolvimento de comunidades podem surgir demandas para o atendimento individual de um produtor em seu sistema produtivo. Este atendimento deve ser realizado com o objetivo de diagnosticar não apenas o problema específico, mas o sistema produtivo como um todo. Para isso é necessário realizar o diagnóstico de situação da propriedade e estabelecer um plano de ação juntamente com o produtor rural. O atendimento individual aos sistemas produtivos é parte importante do trabalho de Extensão Rural, porém, deve sempre ocorrer posteriormente a participação do produtor em atividades comunitárias.

O método de extensão rural de desenvolvimento de comunidades objetiva o amadurecimento, conscientização e mobilização comunitária das pessoas. Este processo demanda tempo para que as pessoas possam realizar uma mudança profunda em sua consciência social e no seu papel comunitário. Após o desenvolvimento do senso comunitário pode-se continuar os debates e a organização de suas atividades sem o auxílio do extensionista. Neste momento podemos dizer que a comunidade se encaixa

na rubrica de verdadeira (Souza, 1996) e o extensionista pode se empenhar no atendimento a outro grupo de produtores.

Concomitante ao processo de desenvolvimento de comunidades o trabalho de extensão deve promover o fortalecimento destas por meio da associação de associações, ou seja, unir as forças de todas as comunidades. Processo que aumenta a força política e econômica da agricultura familiar. Adicionalmente facilita o funcionamento dos CMDRS e a gerencia da política agrária do município, aumenta o poder econômico de compra de insumos e a venda de produtos e possibilita que as comunidades enfrentem o poder e o patronato local.

## **Conclusão**

O processo de modernização da agricultura brasileira contou com o método de extensão rural pautado na difusão de tecnologias e descaso com as questões sociais do campo. O difusionismo buscou difundir tecnologias provenientes dos pacotes tecnológicos da revolução verde financiados pelo crédito rural subsidiado. Esta difusão tecnológica desprovida de preocupações com os aspectos econômicos, sociais e ambientais gerou impactos negativos nas sociedades rurais do Brasil.

Este modelo de extensão rural, apoiado em um Estado engajado em promover benefícios dos grandes produtores, acarretou em grave crise nos serviços extensionistas no Brasil. A metodologia difusionista da extensão rural brasileira foi apontada como inapropriada e promotora de insucesso, embora prevaleça dominante em diversas instituições relacionadas às atividades agropecuárias.

O método de extensão rural denominado de desenvolvimento de comunidades é uma proposta de metodologia para atenção à agricultura familiar e se baseia no desenvolvimento humano como indivíduo indissociável da vida em comunidade.

O extensionista rural preocupado em promover o bem-estar social deve procurar conhecer os conceitos básicos de educação e comunicação. Os processos educativos e comunicativos são a base do trabalho que o extensionista realiza em conjunto com a comunidade. Estes devem ser pautados na participação popular, valorização de saberes camponeses, igualdade entre os sujeitos do processo educativo e compromisso com a sociedade.

Todo profissional de ciências agrárias que busca utilizar práticas de convencimento, invasão cultural, difusão tecnológica e comunicação autoritária em seu cotidiano estará fadado ao fracasso como extensionista rural quanto o desenvolvimento humano individual e coletivo.

A extensão rural no Brasil deve ter a capacidade de adequar seus conteúdos e métodos para as diferentes realidades das comunidades rurais. O extensionista deve sempre ter em mente os compromissos com os agricultores em detrimento do interesse individual ou de grupos econômicos ou políticos.